

ASSOCIATIVISMOS EFÊMEROS? EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVAS ENTRE TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL NO RIO DE JANEIRO DOS ANOS 1980 E 1990 – OS CASOS DA ASTORJ E DA ATORFLA

Bernardo Buarque de Hollanda¹
Juliana Nascimento da Silva²

Recebido em: 29/05/2025
Aprovado em: 27/06/2025

Resumo: Este artigo trata da emergência de associações de torcedores de futebol, que surgiram no Rio de Janeiro no início dos anos 1980, e cujas existências perduraram até o decênio seguinte. O texto enfoca duas entidades formalizadas nesse período, mas que são efeito da multiplicação de torcidas organizadas por clube, não só na cidade como no país durante a década de 1970. Os casos examinados são os da ASTORJ – Associação das Torcidas Organizadas de Futebol do Rio – e da ATORFLA – Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo. O exame abrange elementos internos à lógica do futebol, como o valor dos ingressos e a representação dos interesses corporativos dos torcedores junto às autoridades administrativas do futebol no estado do Rio, sejam os clubes, a SUDERJ e a FERJ e se volta também a aspectos conjunturais externos que sucediam no país daquele período, a exemplo da reabertura política, da organização sindical e da crise econômico-inflacionária. Nosso argumento postula que o associativismo torcedor de então, em paralelos às rivalidades, às animosidades e às brigas crescentes entre os grupos, é decorrência dessa correlação e desse amálgama bricolado de fenômenos interiores e exteriores ao universo esportivo. As fontes mobilizadas para alcançar tal objetivo são os jornais especializados e os arquivos pessoais de lideranças de torcida.

Palavras-chaves: Futebol; Associativismo Esportivo; Torcidas Organizadas.

EPHEMERAL FOOTBALL ASSOCIATIVITY? ASSOCIATE EXPERIENCES AMONG ORGANIZED SUPPORTERS' GROUPS IN RIO DE JANEIRO OF THE 1980' AND 1990' YEARS – THE CASES OF ASTORJ AND ATORFLA

Abstract: This article explores the emergency of football fans associations that appeared in Rio de Janeiro in the early 1980's, and whose existence continued until the following decade of 1990. The paper focuses on two entities officialized during this period, but that are product of the multiplication of organized supporters' groups per clubs, not only in Rio de Janeiro city but

¹ Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Professor Adjunto da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas – FGV/CPDOC; Coordenador do Segmento Acadêmico do Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC-CPDOC) na FGV. Email: bernardobuarque@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7781-4684>.

² Graduada em História (2019), Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021) e Doutoranda em História Social pelo mesmo Programa. E-mail: ju.nascimento13@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7890-1288>.

also in Brazil in the 1970' decade. The cases examined are the ones of ASTORJ – Supporters' Association from Rio de Janeiro – and ATORFLA – Flamengo Supporters' Association. The evaluation encompasses the internal factors of the world of professional football, as the price of the tickets and the corporate interests of the football fans in relationship of the managers and the authorities of sports in the state of Rio, like clubs, SUDERJ and FERJ and turns as well to the conjunctural and external aspects that take place at that time, for instance the political openness process, the syndical organization and the economic crisis. We state that the supporter associativity of that period, in parallel to the rivalry, the increase in the level of hostilities from group to group and its fights is a consequence of the correlation and amalgamation of internal and external phenomena of the sports universe. The sources mobilized to reach this goal are the specialized newspapers and the personal archives by the leaders of the football fandom clubs.

Keywords: Football; Associativity in Sports; Organized football fan groups.

¿ASOCIACIONES EFÊMERAS? EXPERIENCIAS ASOCIATIVAS ENTRE HINCHAS DEL FÚTBOL ORGANIZADO EN RIO DE JANEIRO EN LAS DÉCADAS DE 1980 Y 1990: LOS CASOS DE ASTORJ Y ATORFLA

Resumen: Este artículo trata sobre el surgimiento de las asociaciones de aficionados al fútbol, que surgieron en Rio de Janeiro a principios de la década de 1980, y cuya existencia se prolongó hasta la década siguiente. El texto se centra en dos entidades formalizadas durante este período, pero que son fruto de la multiplicación de grupos de hinchas organizados por club, no sólo en la ciudad sino también en el país durante la década de 1970. Los casos examinados son ASTORJ – Asociación de Hinchas de Fútbol de Río de Janeiro – y ATORFLA – Asociación de Hinchas del Flamengo. El examen abarca elementos internos a la lógica del fútbol, como el valor de las entradas y la representación de los intereses corporativos de los aficionados ante las autoridades administrativas del fútbol en el estado de Rio, sean ellas los clubes, la SUDERJ y la FERJ, y también se centra en aspectos coyunturales externos que estaban sucediendo en el país en ese momento, como la reapertura política, la organización sindical y la crisis económico-inflacionaria. Nuestro argumento postula que las asociaciones de hinchas de aquella época, en paralelo a las rivalidades, animosidades y crecientes peleas entre grupos, son fruto de esta correlación y de esta amalgama de bricolaje de fenómenos dentro y fuera del universo deportivo. Las fuentes utilizadas para lograr este objetivo son la prensa especializada y los archivos personales de los dirigentes hinchas.

Palabras-clave: Fútbol; Asociaciones deportivas; hinchadas.

Introdução

O artigo detém-se nos primeiros anos da década de 1980, quando um epifenômeno da politização e certo otimismo reinante na sociedade brasileira com o advento gradual da reabertura política (Fico, 2024) se manifestam à sua maneira no futebol e no universo das torcidas. O acompanhamento desdobra-se nos anos 1990, com a resiliência dos agrupamentos observados, mas também a sua decadência. A eclosão associativa na sociedade civil brasileira de fins dos anos 1970 – as comunidades eclesiais de base, as associações de bairro, os grêmios estudantis, além dos já citados partidos políticos e sindicatos – resulta no início do decênio

seguinte na composição de uma série de associações torcedoras com esse perfil gregário e corporativo, reivindicador de direitos, o que se expressa também no esporte mais popular brasileiro, na esteira do enfraquecimento do regime militar (Napolitano, 2015).

Para explorar esse cenário, trataremos em específico de dois segmentos representativos de torcidas organizadas no Rio de Janeiro: a ATORFLA (Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo) e a ASTORJ (Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro), ambas surgidas em 1981 e vigentes até a década seguinte.

Expressão de uma época, com a devida cautela para mecanicismos automáticos entre o meio futebolístico e a história política nacional, a contextualização dessa atmosfera de associativismos torcedores visa mostrar projetos laterais, ainda que efêmeros e episódicos, de cooperação entre grupos rivais e concorrentes que existiu em um período de esperança democrática no país, mas que no decorrer dos anos 1980 logo se desiludiria com a chamada “década perdida” e um cotidiano progressivamente cáustico e violento nas grandes metrópoles.

Com efeito, tal quadro econômico, social e moral – a sofrer os impactos perversos da herança do modelo concentrador e excludente advindo da ditadura militar (Novais; Cardoso, 1998) – minaria de maneira rápida experiências colaborativas do torcer, inspiradas sob o lema cooperativo da Astorj: “Congregar, Congraçar, Unir”.

A assunção crescente da intolerância inter-torcidas e as rivalidades grupais e premeditadas entre subgrupos torcedores impediriam a continuidade de pactos e de articulações políticas capazes de contornar os discursos de ódio e as práticas de violência que se amplificariam dali em diante. A reconstituição desse processo possibilita, no entanto, a percepção do caráter dinâmico e conjuntural do comportamento grupal, gregário e associativo das torcidas organizadas de futebol, acena para seu potencial mobilizador político, que ganha novos matizes no século XXI e na conjuntura contemporânea, e mostra a impropriedade de uma visão essencialista de um etos exclusivamente violento e intolerante nas cadeias de segmentação e relacionamento desses agrupamentos.

O artigo desenvolve-se em três partes. A primeira, mais sucinta, contextualiza a emergência da ASTORJ como entidade mediadora dos interesses dos torcedores em geral e das torcidas organizadas em particular ante as autoridades esportivas e públicas do Rio de Janeiro, com a exposição ainda de dados contextuais da vida política da época.

A segunda parte, mais desenvolvida, continua a tratar da ASTORJ, acrescentando ao relato o surgimento da ATORFLA, reunidora das dezenas de torcidas do Flamengo, como instância de representação dos interesses torcedores junto ao clube rubro-negro. A narração

baseia-se nas notícias e matérias veiculadas pelo *Jornal dos Sports*, tradicional periódico esportivo conhecido por franquear espaço a esses grupos organizados.

A terceira e última parte introduz o papel da ATORFLA com base em fontes primárias arquivísticas obtidas com a doação do acervo pessoal de um dos mentores da Associação e figura lendária entre os torcedores do período: Capitão Léo, ex-presidente da Torcida Jovem do Flamengo. Juntamente com as fontes jornalísticas já mobilizadas nas seções anteriores, a seção é a mais aprofundada no acompanhamento da trajetória da entidade durante o período recortado.

Por fim, a conclusão procura tecer breves reflexões com alcance mais teórico e temático acerca do caráter associativo das torcidas, mediante a introdução de elementos da esfera conflitiva do trabalho para o domínio do lazer e do esporte. Trata ademais de articular o tema do artigo entre a época histórica de final dos anos 1970, o início da década de 1980 e o decênio subsequente, quando a efervescência das manifestações populares levou diversas áreas da sociedade a buscarem representatividade em sua pauta de reivindicações e interesses. O futebol, como seria de se esperar, não ficou infenso a essa voga, razão pela qual mobilizamos um compósito de argumentos internalistas e externalistas.

O caso da ASTORJ nos anos 1980: elementos de contextualização

Em que pesem as ressalvas às correlações mecanicistas, a via funcional-dedutiva parece oportuna de início para a explicação e para a descrição contextual de um fenômeno que se deseja aqui explorar. As coordenadas contidas no espectro de informações preliminares, acima expostas, possibilitam em parte a compreensão da emergência e da experiência de uma entidade associativa entre os torcedores de futebol carioca, pouquíssimo comentada: a Associação de Torcidas Organizadas de Futebol do Rio de Janeiro, a ASTORJ.

À semelhança do Sindicato dos Jogadores, criada no final dos anos 1970 no Rio e em São Paulo, e dos mecanismos reivindicativos e participativos dos futebolistas (Florenzano, 2009), a agremiação já se insinuava como possibilidade e projeto desde o final da década de 1970, tal qual se irá mostrar mais adiante com as cartas veiculadas no periódico *Jornal dos Sports*. Grosso modo, seu ideário era, em consonância com a plataforma de demandas e de participação dos atletas, a congregação dos interesses comuns dos torcedores em geral e das torcidas organizadas, em particular, sob o lema altruístico geral estampado no símbolo de sua camisa e identidade visual: “Congregar, Congraçar, Unir”.

Latente e difusa durante certo tempo entre os torcedores, a ideia seria materializada e concretizada em 1981. Ao todo, a associação contaria com cerca de quinze anos de existência. Seu primeiro presidente, Armando Giesta (Young-Flu), seria o próprio idealizador, que ficaria à sua frente entre 1981 e 1983. Em seguida, ela seria comandada por Wilson Amorim, da Bancica, uma torcida organizada do Bangu, com mandato indo de 1984 a 1986.

Dentro da rotatividade prevista para as lideranças segundo a diversidade de torcidas de cada clube, o presidente seguinte foi Roberto Branco, da Raça Rubro-Negra, que presidiu a ASTORJ entre 1987 e 1989. Sem passar pelas lideranças de torcida de Vasco e Botafogo, cuja adesão foi parcial e que viam com reservas a entidade, o comando retornou a Armando Giesta e durou até meados da década de 1990, quando a entidade foi dissolvida em meio à falta de representatividade e à incapacidade de sanar o principal estigma que acometia e pesava sobre as torcidas organizadas: as rixas, as brigas, os confrontos, numa palavra, a violência.

No caso das torcidas cariocas, o propósito e a justificativa imediata para a sua criação foram a reivindicação de um assento e do direito a voto no Conselho Arbitral da Federação de Futebol do Estado do Rio (a FERJ), então sob gestão de Otávio Pinto Guimarães, ex-dirigente do Botafogo, a fim de influenciar no processo decisório sobre uma polêmica questão e muito concreta na época: o preço dos ingressos.

Há mais de uma década no posto, desde quando o órgão ainda era conhecido como Federação Carioca de Futebol (FCF), o tradicional dirigente e futuro presidente da CBF na segunda metade da década de 1980, Otávio Pinto Guimarães, tinha como vice-presidente então o campista Eduardo Viana, mais tarde conhecido de forma pejorativa como Caixa D'Água, que apareceria no cenário esportivo carioca em 1979. Este já se insinuava na sucessão do cargo e ganhava respaldo na medida em que era sacramentada em 1975 a aprovação do voto unitário em detrimento do voto plural dos clubes, com a alteração da correlação de forças no interior da entidade.

A passagem do voto proporcional ao voto majoritário implicava em transformações relativas à configuração de poder na organização do Campeonato Carioca, competição esportiva com peso simbólico grande em comparação ao torneio nacional, que se afirmava de maneira paulatina desde sua criação em 1971. Tal sistema de voto em nível estadual passava a equiparar o peso dos interesses dos clubes de pequeno porte e dos clubes do interior do estado ao dos grandes clubes da capital, o que dava aos primeiros a maioria no jogo político local.

A despeito do novo quadro, a luta da ASTORJ continuava a incidir na questão dos lucros auferidos pelos dirigentes dos grandes clubes à custa do dinheiro dos torcedores – considere-se o ingresso a principal fonte de receita clubística no período – e na mobilização desencadeada pela oposição às propostas de aumento sucessivo das entradas, por meio de protestos à primeira vista espontâneos e de inéditas greves. Salvo a participação no Conselho Arbitral e sua influência nas negociações sobre o valor dos ingressos, graças ao diálogo e às boas relações estabelecidas pelos torcedores com Otávio Pinto Guimarães, a pauta da ASTORJ abrangia interesses corporativos.

Esses contemplavam o controle sobre a distribuição das credenciais aos chefes de torcida, até então concedida diretamente a cada líder, para a entrada gratuita nos jogos. Outra demanda era a solicitação de uma sala para a entidade nas dependências do complexo do estádio do Maracanã – além das salas já existentes, restritas a uma por clube –, medidas cuja autorização competia por seu turno à SUDERJ e, portanto, ao governo do Estado.

Enfim, tratava-se da tentativa de constituição de uma instância com espírito de corpo, que reclamava e assegurava os direitos considerados legítimos pelos torcedores de agremiações distintas.

O ambiente favorável ao estabelecimento de um elo institucional de representatividade entre as torcidas e o meio esportivo possuía discretos e às vezes quase imperceptíveis fatores de ordem conjuntural que concorreram para o entendimento da criação e da legitimidade da ASTORJ. Eram as “miudezas fundamentais” de que fala Carlos Fico (2024, p. 173) ao abordar as múltiplas conexões entre história social e vida cotidiana, entre crônica política e história política, na esteira da visão consagrada pela micro-história italiana, segundo a qual de um ponto de vista metodológico deve-se dar atenção aos detalhes que possibilitam o descortinar de uma nova decifração e apreensão da totalidade.

Nesse sentido, é possível conjecturar, a presença da televisão no cotidiano do brasileiro também impregnou a vida futebolística e contribuiu para moldar de maneira indireta e sub-reptícia o comportamento das torcidas, com as transmissões das partidas conferindo ainda mais visibilidade aos agrupamentos de torcedores, mediante a propagação televisiva de suas faixas, de suas bandeiras e de seus cânticos.

Uma das decorrências midiáticas desse processo se daria no ano de 1979, quando as torcidas passam a ser alvo de um programa de televisão exclusivo, em esfera local, intitulado *Conversa de Arquibancada*, que a TV Bandeirantes levaria ao ar durante alguns anos. Se até então os chefes de torcida eram convidados a assistir ou a participar de maneira esporádica ou informal nas mesas-redondas e nos debates esportivos promovidos por emissoras de rádio

e televisão, um programa semanal único era realizado aos domingos no horário de almoço que antecedia aos jogos, entre 13:00hs e 14:00hs, conforme noticiava o *Jornal dos Sports* em boxe de um anúncio pago pelo Canal 7.

Como fomento à preparação e à expectativa para as partidas dominicais, criava-se um espaço onde os chefes de torcida eram os atores principais. Este consistia em um momento destacado de visibilidade, propício à livre-expressão e à opinião dos torcedores que participavam uniformizados e contribuía ainda mais para dar notoriedade às torcidas. Com a mesma estrutura dos programas de auditório, conquanto a maior rusticidade, o animador Hamilton Bastos comandava a programação, na qual as diferentes torcidas organizadas cariocas ocupavam tanto a plateia quanto o palco: as lideranças ficavam neste espaço, que tinha o formato arquitetônico de uma arquibancada, enquanto sua claque de seguidores postava-se nos assentos dos bastidores.

Outro elemento que contribuiu para a fundação da ASTORJ foi, como sugerido nessa exposição inicial, a efervescência proporcionada pela onda associativa das torcidas. A abordagem das reivindicações que resultaram em uma série de revoltas protagonizadas pelas torcidas e pela Astorj no início da década de 1980, passa pelo associativismo que gerava debates acalorados com repercussão na imprensa e na televisão.

Protestar é preciso? As experiências da ATORFLA e da ASTORJ nas páginas do *Jornal dos Sports*

No final dos anos 1970, um repórter do *Jornal dos Sports*, Dálmton Crispim, dava prosseguimento à tradição de interlocução e aproximação com as diversas lideranças das torcidas organizadas da cidade do Rio de Janeiro. A sua tarefa, cuja responsabilidade anterior fora de Marco Aurélio Guimarães e de Altair Baffa (Hollanda, 2010), consistia na realização de matérias de página inteira não apenas de interesse dos torcedores em geral, mas na elaboração regular de reportagens em que os líderes de torcida eram elevados à condição de personagens do futebol. Nelas, as posições do chefe de torcida ocupavam o centro das atenções, pois se mostravam autorizadas e representativas em princípio da totalidade dos torcedores de seu clube.

Na matéria intitulada “Torcidas em pé de guerra” (JS, 26/03/1977, p. 10), por exemplo, Crispim chamava ao debate essas lideranças, com a proposição de questões controversas como os palavrões nas arquibancadas, a politicagem dos cartolas nos bastidores esportivos e o preço inflacionado dos ingressos. Estabelecia uma certa regularidade no diálogo com tais líderes e configurava uma espécie de fórum de discussão sob sua direção. Na semana de um

clássico carioca, emulava as rivalidades e colocava frente a frente dois chefes de torcida para saber os prognósticos de cada um, uma conhecida estratégia de motivação para a peleja, como se pode ler na chamada: “Guerrinha das torcidas já começou com Russão e Verinha” (JS, 03/05/1979, p. 2).

Em outra ocasião, a elevação de tom na conserva resultava do debate promovido pelo jornalista entre o mesmo Russão, da TOB (Torcida Organizada do Botafogo), e Dídimo César, chefe da Flatuante, agremiação rubro-negra de Niterói, publicados na primeira página do jornal do dia seguinte (JS, 18/04/1977, p. 1), sem deixar de fazer referência ao tom áspero que por vezes resultava desses encontros. O discurso de Russão parecia ir ao encontro da postura do repórter, que realçava nas entrelinhas uma visão oprimida, compensadora e em certo sentido vitimizadora do torcedor.

Em 1979, o jornalista promoveu também um encontro entre a Força Jovem do Vasco e a Raça Rubro-Negra, em situações a princípio bem informais e descontraídas, tornando os bastidores do jornal no próprio palco da notícia. Isto estabelecia um elevado grau de camaradagem com aquele jornalista, a ponto de as torcidas oferecerem-lhe um troféu pela amizade e pelos serviços prestados na divulgação dos grupos.

De maneira concomitante às matérias especiais e à relação personalizada entre jornalistas e torcedores, as relações amistosas eram estendidas às lideranças torcedoras no setor de correspondência do jornal. Enquanto, sem motivos aparentes, Régio Henrique, da Força Jovem do Vasco, escrevia de forma carinhosa à Verinha, da Flamar (JS, 16/03/1979, p. 2), uma integrante da Raça, Cristina, endereçava texto à seção *Bate-Bola* parabenizando Eli Mendes pelo aniversário da Força Jovem (JS, 04/07/1979, p. 2).

Um ritual instituído pelas torcidas em seu processo de reconhecimento recíproco chamava-se “batizado”. Era uma cerimônia que ocorria antes dos jogos ou em ocasião especial, onde uma torcida veterana apadrinhava uma neófito, legitimando-a no conjunto das associações de um mesmo time. Esta modalidade ritualística contribuía para a união dos laços entre as facções (termo nativo, à época sem conotação pejorativa), que passavam a se considerar coirmãs — termo por sua vez extraído do universo carnavalesco das escolas de samba — e pareceu ser relativamente costumeiro nessa época. Entre os rubro-negros anunciava-se o surgimento da Fla-Rio, a ser batizada pela Flachopp no Rio Comprido Assim, as discussões e os entreveros não eram a única decorrência da profusão de torcidas.

Esta trazia como saldo positivo a especulação em torno de formas associativas e congregadoras de seus interesses. Antes mesmo da criação da ASTORJ, uma carta informava, em dezembro de 1976, o I Grande Encontro de Torcidas Organizadas do Flamengo, a reunir na

quadra da escola de samba Unidos de Padre Miguel: a Flacinante, a Flaxiense, a Flanática, a Flasil, a Flacoad, a Flaquitino e a Flantástica. Por volta da mesma época, já circulava na coluna do *JS* a ideia de uma associação em âmbito nacional que reunisse todas as torcidas (*JS*, 11/12/1976, p. 2).

Os múltiplos arranjos oscilavam não apenas ao sabor da dinâmica e da lógica intrínseca às torcidas. Eles se valiam também da capacidade e do modo de relacionamento com os dirigentes de futebol. As eleições no clube eram momentos propícios às alianças e à constituição de laços entre as torcidas, que podiam deliberar o apoio conjunto a uma mesma chapa. Se a organização nacional de torcidas, supracitada na carta, não foi concretizada, verificou-se, isto sim, o surgimento das associações de torcidas de um mesmo clube, como a ATORFLA, o MUT (Movimento Unido Tricolor), a ASTOVA e a ASTOB, base para a posterior criação da ASTORJ.

O lançamento do “Manifesto das Torcidas do Flamengo” em 1979 foi o embrião para o surgimento da ATORFLA, em agosto de 1981, logo depois que um movimento conhecido como FAF (Frente Ampla Flamengo) logrou êxito e elegeu Márcio Braga e Walter Clark à presidência e a vice-presidência do clube, respectivamente. Com a eleição de um jovem advogado oriundo do STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva) e de um poderoso diretor-geral da TV Globo, respaldados por Carlos Niemayer do Canal 100, que assumiria a vice-presidência de futebol, entre outros nomes históricos do clube, a renovação interna levou o time a um ciclo de vitórias nacionais e internacionais, favorecendo a sintonia entre a torcida e a direção.

No Flamengo, a campanha para a reeleição da FAF no pleito de 1979 geraria uma grande mobilização das torcidas rubro-negras, que se reuniram e emitiram à imprensa seu posicionamento perante a política interna do clube. As torcidas chegaram a implantar também a sua própria frente, com a indicação de Ricardo Muci, chefe da Flamante, como representante das torcidas na chapa favorita. Conforme noticiava o *Jornal dos Sports*, em uma breve nota ilustrada com foto: “Márcio e Helal, lá em cima, com a galera, em vibração”: “As torcidas organizadas do Mengo formalizaram, ontem, na arquibancada, o apoio aos dois candidatos da Situação, com manifesto e tudo” (*JS*, 23/04/1979, p. 12).

A descrição prévia dessa atmosfera participativa das torcidas, em consonância com a conjuntura associativa vivenciada no plano nacional, permite a exploração dos fatos principais aqui em destaque. Pois, se as torcidas vivenciavam incontáveis formas de interação entre si, com virtuais esboços de união com o clube, as relações baseadas em

cooperação também poderiam revelar a sua contraface sob a forma de conflito, o que dependia sempre de situações e de interesses concretos.

Assim, à participação mais orgânica na vida decisória do clube e ao apoio deliberado a determinadas candidaturas, verificados em fins dos anos 1970, as torcidas assumiriam no início da década de 1980 um caráter oposicionista mais explícito. Em especial nos anos de 1981 e 1982, quando a contraposição entre torcedores e diretores chegaria ao seu clímax, por meio de protestos e boicotes os mais variados, que poderiam ser equiparados à onda de agitações espontâneas ocorridas no biênio de 1967-1968, desencadeadoras do chamado movimento Poder Jovem. Em respaldo aos acontecimentos, os meios de comunicação especializados voltariam a dar a essas manifestações um caráter dramático, em manchetes de primeira página e em reportagens especiais.

Além do desempenho das equipes em campo, as revoltas tinham como força motriz uma controvertida e inédita discussão em torno do aumento do preço dos ingressos. A narração jornalística desse embate possibilitou a percepção de uma unidade entre as torcidas, ainda que esta se tenha se afigurado temporária e circunstancial, restrita à superfície da *curta duração*, para empregar o primeiro dos cortes temporais propostos pelo historiador francês Fernand Braudel (1978), em sua classificação da duração do tempo histórico.

Tais elementos forneceram o substrato, entre outros fenômenos, para a emergência da ASTORJ, entidade que assumiu naquele momento uma postura por assim dizer sindical, com um sentido corporativo mais evidente, seja através da absorção da linguagem inspirada nos termos dos sindicatos, seja por meio da realização de greves propriamente ditas. O acompanhamento mais próximo da administração e da vida do clube, com a atenção crescente dispensada à atuação dos seus cartolas, onde tanto a oposição quanto a composição podem ser observadas, contribuiu para a concretização de tais atos.

Em nível nacional, o horizonte de reabertura política, a revitalização das organizações sindicais e a crescente inflação influenciaram, ainda que de maneira indireta, a eclosão de acontecimentos dramáticos, à primeira vista estranhos à rotina, à normalidade e à linguagem cotidiana do futebol, desenrolados nos estádios nesse período. Apenas com base nas fontes periódicas, não é possível averiguar de que maneira esse processo insurgente se iniciava precisamente, mas pode-se notar como ele desatava efeitos em cadeia, passando de uma torcida a outra, de um clube a outro, porquanto sua repercussão insuflava e contagiava as demais.

Já nos primeiros meses de 1983, a associação de torcidas do Flamengo, a Atorfla, reagiria à ameaça de troca do jogador Tita por Baltazar. Se a gestão de Márcio Braga havia

sido marcada por certo clima de concórdia do presidente com as principais facções rubro-negras, o mesmo não parecia acontecer com seu sucessor Dunshee de Abrantes, chamado de “ditador” pelos torcedores, depois que este impediu a entrada de chefes de torcida nas dependências do clube.

A medida, tomada no final de janeiro daquele ano, era por sua vez uma resposta às ofensas recebidas pelo técnico da equipe, Carpegiani, relatadas no *Jornal dos Sports* com a chamada: “Torcida protesta e ofende Carpegiani” (JS, 31/01/1983, p. 04). As manchetes dos primeiros dias de fevereiro narravam os enfrentamentos diários de ambas as partes. Se em um dia estampava-se “Carpegiani desafia a torcida do Mengo” (JS, 01/02/1983, p. 01), no outro, vinha a contrapartida em primeira página, “Fúria da galera assusta o Mengo”, seguida de “Torcida invade campo e impede treino do Fla” (JS, 03/02/1983, p. 1 e 4).

As torcidas vivenciavam assim, de maneira particular, a sua relação com o clube, que girava em torno de discordâncias internas quanto a determinados atos dos dirigentes ou à performance da equipe em campo. Os métodos de ação — pichações, enterros simbólicos, agressões físicas, insultos verbais, não-entrada no estádio, toda sorte de pressões, depredações e protestos — é que se assemelhavam, inspirados menos no futebol e mais em movimentos reivindicatórios existentes nos quadros da sociedade. Entre 1981 e 1982, porém, uma questão mais abrangente iria unir de maneira inédita as torcidas dos grandes clubes do Rio de Janeiro.

A união se daria em função de decisões tomadas pelos dirigentes e implementadas pelo presidente da Federação de Futebol do Estado, Otávio Pinto Guimarães, e pelo administrador da Suderj, Gildo Borges. Elas diziam respeito ao aumento do valor cobrado pela entrada nos estádios. Se desde 1979, pelo menos, já eram registradas em cartas ao *Jornal dos Sports* reclamações dos torcedores em virtude da majoração das entradas e da decadência das condições físicas dos estádios, além dos assaltos à saída do estádio, que chegaria a vitimar inclusive uma integrante da Raça Rubro-Negra, a partir de maio de 1981 a luta contra os reajustes dos preços congregaria as diversas facções em prol desse objetivo comum.

No final de maio, o *Jornal dos Sports* colocava como chamada principal do periódico: “Boicote da galera apavora os dirigentes” (JS, 27/05/1983, p. 01). A matéria correspondente à manchete procurava ouvir as impressões dos cartolas ante a intenção dos torcedores.

Passados dois dias, nova manchete dava continuidade à discussão, dessa vez abordando os resultados da reunião dos representantes dos clubes com a Suderj: “Clubes não reduzem o preço dos ingressos”. Lesadas com a decisão, as torcidas não demorariam a agir,

com a programação de um boicote para a partida do mesmo dia no Maracanã: “Inconformada, torcida mantém boicote ainda hoje”.

“A torcida do Flamengo continua protestando contra o aumento do preço dos ingressos do Mário Filho e garante que o boicote não se resumiu ao jogo contra o Madureira. Hoje, por ocasião da partida com o Bangu, vários torcedores tentarão mostrar mais uma vez aos dirigentes que foi um erro a majoração dos ingressos, deixando de comparecer ao estádio ou assistindo ao jogo da geral, único setor que não sofreu aumento. Nemésio Miguez, da Torcida Jovem, e Marcelino Andrade, da Fla-12, estão liderando o movimento às outras facções e pede ajuda até mesmo dos chefes de torcida de outros clubes, pois sentem que os dirigentes a cada dia dificultam o comparecimento do torcedor aos estádios, com medidas que o prejudicam diretamente” (JS, 31/05/1981, p. 1).

Além das matérias que tratavam do assunto, fotos ilustravam o descontentamento dos torcedores nos estádios. No dia vinte e nove de maio, uma faixa de indignação na Geral era fotografada e publicada no jornal: “Cr\$ 300 é roubo!”. Tratava-se da iniciativa de uma torcida organizada do Flamengo, a Fla-Jabour, que decidira comparecer ao jogo no setor do estádio mais barato, ao invés do lugar tradicional na arquibancada. Dois dias depois, outra foto mostrava a adesão de outras facções, expressa na faixa em tom de ameaça condicional: “Abaixe o preço ou continuamos na Geral” (JS, 01/06/1981, p. 05).

De maneira automática, o debate sobre o aumento dos ingressos e a correlata queda de público se refletia na seção Bate-Bola, onde os torcedores de vários clubes opinavam contra a posição dos dirigentes em cartas, como a de uma componente da Raça Rubro-Negra, intitulada “Cartolas de bola murcha”:

“É lamentável a decisão dos cartolas em não reduzir os preços (absurdos, por sinal) dos ingressos. Persistindo nos Cr\$ 300,00 as rendas serão razoáveis, mas o público pagante muito pequeno, como aconteceu no jogo Flamengo x Madureira. A torcida que já vinha prometendo boicote teve ainda a colaboração da chuva e o público registrado no Maracanã foi de apenas 3.489. É incrível como só no nosso Rio de Janeiro ocorre essa inflação, já que nos outros estados o preço de uma arquibancada custa Cr\$ 150,00. No mais, quero desejar à torcida Força Independente, do meu amigo Toninho Lucena, muitos êxitos em sua estreia (Elisabeth Cravo — Méier — Rio.)” (JS, 02/06/1981, p. 2).

Nesse ínterim, a manutenção do preço considerado alto pelas torcidas e a permanência do boicote acarretavam um fato inusitado que comprometia as rendas do Maracanã: em uma partida, o setor da arquibancada e da geral computava um mesmo número de público pagante, dividindo-se meio a meio. O impasse levava à nova reunião entre a FERJ, os vice-presidentes dos clubes e a SUDERJ. Após muita discussão, a manchete triunfal do *Jornal dos Sports* anunciava na manhã seguinte: “Galera venceu. Futebol mais barato” (JS, 05/06/1981, p. 01).

De acordo com a matéria, a pressão da torcida e da crônica especializada haviam sido decisivas para a redução dos preços, embora a entrada do governo do Estado na questão, por

intermédio da Suderj, também fosse destacada como de suma importância. O fato incomodou o presidente do Flamengo, Dunshee de Abranches, para quem a medida era uma “demagogia”, sendo respaldado por seu vice-presidente de futebol, Michel Assef, conforme esclarecia Milton Salles, na coluna “Bola no chão”:

“Um fato que precisa ficar esclarecido nesta questão da venda de ingressos é a posição adotada pelo Presidente Otávio Pinto Guimarães, que desde o primeiro instante condenou a volúpia altista de alguns dirigentes. Otávio se bateu pelo respeito ao torcedor de baixa renda, que estava enfrentando dificuldades mas, assim mesmo, frequentava religiosamente as arquibancadas dos estádios, em especial as do Mário Filho. E na reunião em que os preços foram aumentados — o Vice-Presidente Rafael de Almeida Magalhães, do Fluminense, prefere dizer reajustados — o Presidente da FERJ fez um apelo ao bom-senso dos dirigentes e sugeriu que eles aprovassem a seguinte tabela para os ingressos de arquibancada: jogos entre pequenos — Cr\$ 150,00; entre os grandes e pequenos — Cr\$ 200,00; e clássicos, isto é, jogos grandes — Cr\$ 250,00. e acentuou: — Acho que isto é justo. Precisamos pensar no povo. Foi quando o dirigente Michel Assef, aproveitando-se do fato de a reunião ser secreta, mandou esta: — Otávio, quem tem que resolver o problema do povo é o Governo. Quem tem que resolver os problemas do futebol somos nós.” (JS, 06/06/1981, p. 05)

Estabelecia-se assim, de um lado, uma relação de oposição entre os torcedores e os dirigentes, e de outro, uma relação de composição entre os torcedores e os representantes do Estado na área esportiva. Com a queda dos preços as revoltas foram interrompidas, mas um de seus frutos foi materializado no segundo semestre de 1981, conforme já apontado: a instituição da ASTORJ. Ela permitiu uma aproximação ainda maior das torcidas com a SUDERJ — uma sala no Maracanãzinho foi oferecida à entidade — e com o próprio *Jornal dos Sports*.

Além da tradicional seção *Bate-Bola*, o JS ofereceu à Astorj uma coluna especial na página três, intitulada *A voz da galera*, onde as torcidas podiam dar seus informes, como a convocação para suas reuniões semanais, às 19:00 hs, na sua sala, com entrada pelo portão dezoito do estádio. E após um ano de existência, a entidade já dizia contar com sessenta associações de torcedores dos clubes da cidade.

Tal fato contribuiu para que, no ano seguinte à onda de protestos, uma nova movimentação ocorresse nos meses de julho e agosto de 1982, com o respaldo e a representatividade da associação. Falava-se agora não em boicote, mas em Greve Geral, como na manchete de primeira página e na matéria correspondente do JS: “Torcidas decretam greve” (JS, 28/07/1982, p. 1). As informações relatavam os resultados de uma reunião da Astorj, com dezesseis torcidas organizadas, onde, por quinze votos contra um, a entidade deliberava a greve contra o aumento dos ingressos.

Segundo o presidente da ASTORJ, Armando Giesta, a decisão se dava em função da “inadmissível desonestidade e falta de palavra dos dirigentes”, que haviam acordado na última reunião do Conselho Arbitral a não-alteração do valor das entradas. A fiscalização das torcidas, sob a forma orgânica da Astorj, permitia-lhes um maior acompanhamento das posturas dos dirigentes, captando e questionando suas incoerências.

Enquanto isso, um editorial do *Jornal dos Sports*, “Ingresso caro, salário baixo” (JS, 31/07/1982, p. 2), deixava explícita a posição do periódico no apoio irrestrito ao torcedor em geral e à greve da Astorj, em particular. Não é possível saber em que medida esta matéria exerceu algum grau de influência, mas o fato é que, transcorridos poucos dias, o jornal anunciava o resultado da reunião do Conselho Arbitral. Presidida por Otávio Pinto Guimarães, com a participação da Astorj, novamente os torcedores venciam a queda de braço com os dirigentes, convencendo e sensibilizando o presidente da FERJ, tal como vinha estampado no JS: “Ingressos voltam a custar Cr\$ 300,00”.

Mais uma vez, atendidas as reivindicações através de uma inédita Greve Geral, a ASTORJ cessaria a revolta e voltaria a suas atividades cotidianas.

A trajetória da ATORFLA dos anos 1980 aos 1990: mais elementos para sua compreensão à luz da hemeroteca digital e de seu arquivo pessoal

Conforme observado nos itens precedentes, na esteira da fundação da ASTORJ, em junho de 1981, a Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo foi constituída poucos meses depois, em setembro do mesmo ano. Alicerçada em inspirações comuns, explicitadas no compartilhamento do lema “congregar e congraçar”, a entidade, que buscou institucionalizar-se por meio de estatuto, justificou sua existência com base em dois vieses: o aspecto social e o reivindicatório.

Assim, esta parte final do artigo pretende apresentar, de modo mais detido, a associação de torcidas do Clube de Regatas do Flamengo a partir do processo de fundação e consolidação, com a definição de suas estruturas e propósitos, da participação política e do ímpeto mobilizador com o manejo de alianças e rivalidades. Se, por um lado, os anos 1980 marcam o período de estabelecimento e do pleito pela atuação frente às instituições futebolísticas, o final do referido decênio e o início da década de 1990 trazem a interlocução com os emergentes discursos estigmatizantes sobre torcidas organizadas.

A presente seção, desse modo, visa mapear o processo de construção e consolidação da ATORFLA, com a exposição de seus anseios, reivindicações e mobilizações, evidenciando o

diálogo com o período de intensos associativismos vigente na década de 1980. Para tanto, como escopo de fontes, foram utilizados documentos do riquíssimo acervo pessoal de Leonardo Ribeiro, conhecido também como Capitão Léo, que foi presidente da ATORFLA, depois de ter presidido a Torcida Jovem do Flamengo e antes de integrar o quadro institucional do Clube de Regatas do Flamengo, na condição de presidente do Conselho Fiscal, já nos anos 2000.

A generosa doação de seu acervo pessoal aos autores desse artigo revela-se um diferencial a nosso juízo dos conteúdos a seguir expostos. Além de tal arquivo, a usual consulta Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi feita, com predominância de ocorrências no *Jornal dos Sports*, já acionado por diversas vezes até aqui, e no *Jornal do Brasil*, importante e tradicional periódico do Rio de Janeiro, a concorrer com *O Globo* até o final dos anos 1990 na cidade.

Dentre as fontes compartilhadas pelo doador do acervo, Leonardo Ribeiro, estão ofícios, cartas, estatuto e regimento da ATORFLA. Estes documentos iluminam os elementos basilares da estruturação, atuação e identidade da entidade, assim como permitem a compreensão das demandas e de seus princípios. Nas buscas realizadas em periódicos via Hemeroteca Digital, apareceram na pesquisa pelo termo “ATORFLA” no período entre 1980 e 1989 trinta ocorrências do termo no *Jornal dos Sports*, seis no *Jornal do Brasil (RJ)* e uma em *O Fluminense (RJ)*.

Já na década seguinte, em contraste com a diminuição das menções à Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (ASTORJ), o quantitativo de ocorrências foi maior: cinquenta e seis no *Jornal dos Sports*, dezessete no *Jornal do Brasil (RJ)*, duas vezes no periódico *A Tribuna (SP)* e uma vez em *O Fluminense (RJ)*, *Tribuna da Imprensa (RJ)* e *Folha de Hoje (RS)*, demonstrando a continuidade do papel ativo da associação em um momento de desmantelamento da ASTORJ e do aumento exponencial de conflitos envolvendo as torcidas organizadas.

No dia 28 de agosto de 1981, uma carta enviada à coluna *Bate-Bola* do *Jornal dos Sports*, espaço tradicional do periódico destinado à interlocução entre torcedores, anunciava a existência de uma entidade de conagração entre torcidas organizadas do Clube de Regatas do Flamengo. Em resposta a uma mensagem publicada anteriormente, o informe buscou lançar luz sobre uma possível solução para a problemática exposta: as subdivisões das torcidas organizadas e o suposto enfraquecimento das mesmas:

O meu bom amigo “Jotaeme”, mencionou, e com inteira justiça, em “Torcida do Otimismo” – B. B. de 20/08 – que as divisões em facções de torcidas “enfraquecem” ou se tornam “maléficas”. Na mesma carta o amigo também afirma, em tom de quem realmente entende o assunto, que essas facções precisam de um “Líder” ou, segundo eu entendi, de um elo de ligação, onde as facções de torcida, em princípio de um

mesmo clube, possam agir conjuntamente, compactando assim, os interesses “pró-clube” sem que haja “palco” para que se formem grupos “políticos” com intenções que não sejam pura e simplesmente as de fazer progredir ou levar as vitórias esse clube que tanto amam.

O objetivo desta minha carta é o de levar conhecimento do amigo João Machado e do público futebolístico em geral, que a torcida do Flamengo, pioneira em tantos outros acontecimentos pró-esportivos, criou entre suas facções a – Atorfla – Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo –. Fundada em 16/07/1981. A – Atorfla – é composta pela seguinte diretoria: Presidente: José Vaz (Dragões Rubro-Negros); Secretária: sr.^a Liberty (Flamilha); 2º Secretário: Edgar (Flamor); Tesoureiro: Adilson (Fla 12); Diretor Social: Néelson (Flachopp); Diretor de Esportes: Sérgio (Flapovo) e ainda contando com o presidente da “minha” Força Independente no conselho diretor desta associação. Em breve voltarei com maiores detalhes e objetivos da Atorfla. (*Jornal dos Sports*, 28 de agosto de 1981, p. 2)

Enquanto nos anos finais da década de 1970 as arquibancadas rubro-negras apresentavam um número elevado e crescente de agremiações, o início do decênio posterior revelou um movimento inverso: o aumento do número de componentes das torcidas organizadas, que se deslocavam de um contexto de efemeridade e profusão de novos grupos para a constituição de agrupamentos mais densos e sólidos. O novo fluxo das torcidas rubro-negras cariocas dialoga com dois acontecimentos: a consistente constituição do projeto da Raça Rubro-Negra, fundada em 1977, e a reativação da Torcida Jovem do Flamengo, também no final da década (Hollanda; Teixeira, 2022, p. 187). Protagonistas no plano dos grêmios rubro-negros, os projetos de fundação e reconstrução, respectivamente, ensejaram ações planejadas e, por conseguinte, solidez na presença nas arquibancadas.

O descortinar da década de 1980, desse modo, impunha novos diálogos e intercâmbios frente a um contexto mais propício às atividades conjuntas. O ímpeto participativo, característica fundacional das Torcidas Jovens cariocas, manteve-se presente na materialização de projetos coletivos pela reivindicação de pautas compartilhadas e na luta pelo reconhecimento da relevância dos torcedores no contexto futebolístico. De forma ampliada, o Rio de Janeiro assistiu à constituição da Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro em 1981, fundada sob os apelos de maior participação frente às instituições, especialmente em relação às proposições de majoração do preço dos ingressos nos estádios. Em escala reduzida e em perspectiva centralizada, torcidas organizadas do Flamengo, à luz da ASTORJ, constituíram a Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo (ATORFLA).

Em processo de formalização da associação rubro-negra em 1982 sob a elaboração de estatuto, foram definidas como suas principais finalidades os seguintes objetivos:

- A) manter e incentivar a solidariedade e a união entre as Torcidas Associadas, por meio de atividades culturais, sociais, recreativas e esportivas;
- B) pugnar pelos legítimos interesses de suas associadas, nas reivindicações que tragam benefícios diretos ou indiretos às Torcidas e à Associação, junto ao Clube de

Regatas do Flamengo, órgãos desportivos estaduais e nacionais e demais poderes da Administração Pública.
(Estatuto da Associação das Torcidas Organizadas do Clube de Regatas do Flamengo, 22 de setembro de 1982)

O escopo constitutivo da entidade, desse modo, extrapola as balizas institucionais e políticas, demonstrando um esforço de manutenção de diálogo entre as diferentes torcidas organizadas. Com isso, a incorporação de uma perspectiva solidária no fundamento da associação revela a ATORFLA como uma proposta de integração e de fortalecimento das agremiações rubro-negras que, apesar das diferenças internas, compartilham experiências e causas comuns.

O processo de formalização da entidade abarcou a definição de aspectos burocráticos relacionados ao seu processo administrativo. Na data de fundação e de aprovação do estatuto foram definidos a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, além da caracterização dos sócios, divididos entre fundadores, efetivos, provisórios e beneméritos; poderes sociais; competências; direitos e deveres; economia e patrimônio; e elementos relacionados à identidade. Assim, é possível identificar o empenho coletivo voltado à composição formal de uma associação com ampla capacidade de mobilização nos assuntos relacionados com torcedores e com o Flamengo.

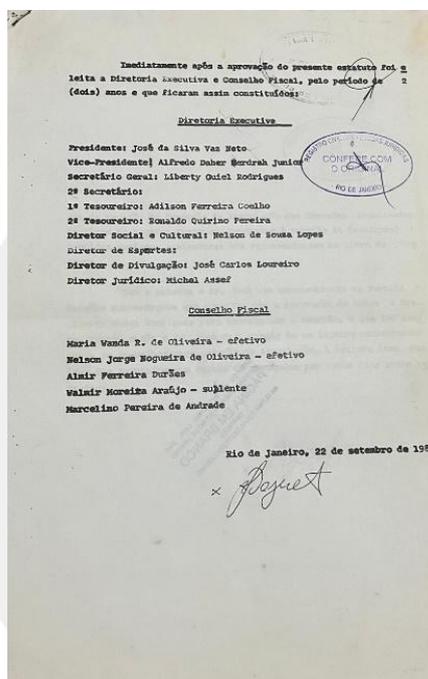


Figura 2 – Estatuto da Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1987. Acervo de Leonardo Ribeiro.

Da percepção da restrição de direitos com os anúncios sobre o aumento do preço dos ingressos à discordância das práticas organizadas pela diretoria do clube, a ATORFLA

constituiu canais de comunicação com um público mais amplo, utilizando a coluna Bate-Bola do *Jornal dos Sports* para emitir notas e informes. Consubstancializada ante frentes de atuações variadas, seja em seu aspecto social, vinculado à perspectiva ampliada de torcida, com organização de caravana para São Paulo (*Jornal dos Sports*, 26/02/1982, p. 2), seja em seu viés político, com a participação efetiva no cotidiano do Flamengo - a exemplo das mobilizações pela defesa do técnico à época, Cláudio Garcia (*Jornal dos Sports*, 02/10/1983, p. 8), a entidade utilizou o espaço destinado às trocas entre torcedores para tornar públicas suas ações e posicionamentos.

Em setembro de 1984, protestos contrários à majoração do preço dos ingressos foram realizados, conforme vimos na seção anterior. No intento de promover impactos significativos e imediatos, a associação mobilizou suas componentes para estarem ausentes dos setores da arquibancada em função de sua presença na chamada “Geral”, setor do Maracanã à época caracterizado pelos seus valores populares. Assim, com o objetivo de gerar prejuízos à arrecadação financeira dos jogos, as torcidas organizadas do Flamengo, arregimentadas pela ATORFLA, decidiram adotar tal posicionamento durante a extensão do torneio, além de pressionar as instituições a seguirem o acordo firmado com a ASTORJ, que previa o reajuste dos ingressos somente no segundo turno do Campeonato Estadual (*Jornal dos Sports*, 06/09/1984, p. 3).

Assim, em tom mobilizatório, imbuída de duras críticas direcionadas ao âmbito dirigente do futebol carioca, a ATORFLA, representada por Roberto, membro da Torcida Organizada Falange Rubro-Negra, convocou torcedores do Flamengo para uma ação conjunta de boicote ao clássico Fla-Flu:

Rubro-negros, urgente. A ATORFLA (Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo) convoca seus associados para uma reunião hoje, às 19 horas, na sala do 3º andar do Maracanã. Assunto a ser discutido: boicote. Esta reunião é de muito interesse e ninguém deve faltar. Podemos adiantar que a galera está irritada com a indiferença dos dirigentes e vem coisa por aí. Aguardem. Por sua vez, a Torcida Organizada Falange Rubro-Negra promete fazer qualquer negócio para defender o injustiçado torcedor, desde que se concilie as duas coisas: reforço ao boicote e apoio ao time (que está numa situação melindrosa e não pode pensar em perder a Taça). Mas, em último caso, a Falange concorda em nem aparecer nos estádios. A família rubro-negra está dando uma demonstração de força e união, e não quer favores de ninguém e já é hora dos cartolas demonstrarem inteligência e cederem terreno. Descemos para as gerais e o faremos de novo se for preciso, só que desta vez o prejuízo para eles será maior, pois trata-se de um Fla x Flu. Vai ser incômodo para nós, mas vamos nos sacrificar para alertar os dirigentes que não se devem tomar decisões intempestivas, cobrando preços extorsivos por uma coisa que não vale – as arquibancadas estão em obras e em péssimas condições de uso – e com isso, taparem buracos provocados pelas más administrações. A Taça Guanabara está falida, e a maior prova disto é que o somatório das rendas da última rodada foi menor que a renda envolvendo dois clubes de São Paulo, em jogo realizado no último domingo (aquele jogo da briga). É uma vergonha nacional o que está acontecendo com o nosso futebol, pessoal. A torcida do Flamengo espera contar com o apoio do povão em suas reivindicações. Quem vai

frequentemente ao Maracanã deve filiar-se a uma torcida organizada para nos ajudar a apoiar o Mengão e a defender os interesses do torcedor. Caso você não pertença a nenhuma facção, a Falange está lhe esperando de braços abertos. É só procurar qualquer componente em dias de jogos. Roberto (Dir. Rel. Púb. Div. T.O. Falange Rubro-Negra RJ)

A extensão da carta comportou em seus anseios não apenas a convocação da participação de torcedores contra o aumento do preço dos ingressos. De modo ampliado, desaprovou o gerenciamento do futebol e, em escala reduzida, o rendimento do próprio time, que vivia as intempéries do pós-venda de seu grande ídolo, Arthur Antunes Coimbra, o Zico. Sob os signos da legitimidade, elementos como insuficiência da organização de certames, bem como acusações a respeito da exploração financeira, são destacados como base para ações contestatórias. Assim, o relato de desgaste na relação entre clube e torcida, justificado pela indiferença em relação à figura do torcedor e pelas acusações de má gestão, serviu como mote para a realização de atividades coordenadas, imbuídas de consciência política coletiva, fundamentadas tanto na indignação quanto na ideia de apoio.

No contexto interno das decisões clubísticas, a entidade rubro-negra caracterizou sua atuação ao longo do tempo a partir do posicionamento ativo diante dos encaminhamentos da vida política do clube. No decorrer de 1986, em função da proximidade do pleito eleitoral rubro-negro, a ATORFLA demonstrou, de forma explícita e embasada, a escolha por uma candidatura que se anunciava como opositora à situação. Encabeçada por Márcio Braga e Walter Oaquim, figuras com histórico na estrutura administrativa institucional, a chapa FLAMA recebeu apoio da entidade por seu viés progressista. Em desconformidade com os anseios participativos da ATORFLA, à chapa situacionista era atribuída a responsabilidade da venda do que seria o “maior patrimônio do Clube” (*Jornal dos Sports*, 02/12/1986, p. 2), o Zico, e a intenção de manter as torcidas distantes dos processos políticos.

O ano de 1987, no entanto, traria novas questões no microcosmo das torcidas organizadas, especialmente em relação à ATORFLA. Em novo esforço de institucionalização de suas ações, foi publicado em 30 de março o Regimento Interno da entidade. O documento, que inclui elementos referentes à composição, poderes sociais, processos decisórios, contribuições, representação no Clube de Regatas do Flamengo e disposições gerais, reforça a pretensão de configurar mobilizações ordenadas, planejadas e coletivas de modo institucional e, por conseguinte, legítimo na vida política do clube.

Para além das ações conjuntas externas, o regimento significou também a definição, em um contexto de ampliação do quantitativo dos membros das torcidas organizadas, de normas e regulamentações para assegurar o controle interno da entidade. Assim, foram definidos

procedimentos para o ingresso de torcidas na associação, bem como padrões comportamentais, punições e até mesmo parâmetros para a utilização de publicidades em bandeiras, faixas e camisas para os agrupamentos (Regimento Interno da Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo).

Sob liderança de Nilton Francisco, Niltinho, presidente da associação e da Torcida Jovem do Flamengo ao longo da década de 1980, a ATORFLA, respaldada por seu regimento e estatuto, manteve uma postura de participação ativa frente às instituições. Assim, a insatisfação com o contexto do clube ao longo de 1987 propicia a emergência de uma nova faceta em relação ao posicionamento da ATORFLA diante da gestão que recebeu seu apoio e venceu as eleições rubro-negras.

O panorama de desconfiança entre torcida do Flamengo e seu presidente à época, Márcio Braga, foi constituído por acusações de má gestão em função dos resultados ruins obtidos pelo time de futebol. A expressa decepção por parte dos torcedores rubro-negros, que no ano anterior haviam apoiado a eleição do dirigente, ocasionou atritos na relação, tornando-a cada vez mais tensa. A escalada dos contornos conflitivos entre ATORFLA e Márcio Braga teve como consequência o impedimento das torcidas de ocuparem os espaços que anteriormente eram utilizados pelas mesmas nas dependências do clube:

A briga entre a torcida do Flamengo e o presidente Márcio Braga acabou por transformar a Gávea num verdadeiro quartel, com os seguranças do clube rubro-negro em estado de prontidão, não permitindo a entrada de qualquer torcedor. A medida foi baixada ontem pelo presidente do Flamengo que, através de uma circular a todos os porteiros, deixava claro que em hipótese alguma deveria ser permitido o acesso de torcedores às dependências da Gávea.

A linha dura no clube não atinge somente os torcedores. Os sócios também tiveram algumas regalias cortadas, como a entrada no departamento de futebol. A partir de agora, os associados só assistirão aos treinos das arquibancadas.

E foi justamente ontem, no primeiro dia dessas medidas tomadas pelo presidente do Flamengo, que quase acontece o primeiro grande incidente com os torcedores. Ao final da tarde, por volta das 18 horas, um grupo de cerca de 50 torcedores, bastante exaltados, travaram uma violenta discussão com os seguranças, não se conformando com a barração. O incidente por pouco não ganhou contornos mais graves, o que só acabou não acontecendo devido à intervenção do presidente da Atorfla, Niltinho, e do chefe da segurança do clube, Pinheiro.

Depois de algumas ponderações de ambos os lados, Pinheiro permitiu a entrada de um pequeno grupo no clube para apanhar pertences das torcidas, como bandeiras, instrumentos de bateria e troféus. Acompanhados pelo chefe da segurança, os torcedores foram até a sala – ontem já tendo outra função, fazendo parte do Projeto Recriação – e disciplinadamente recolheram os objetos.

À saída do clube, o grupo de torcedores voltou a fazer cobranças ao presidente do Flamengo, principalmente com relação a sua presença diária na Gávea. Segundo eles, a briga não é com o Flamengo e sim com Márcio Braga. (*Jornal dos Sports*, 10/10/1987, p. 5).

As motivações centrais que impulsionaram o apoio das torcidas organizadas à candidatura de Márcio Braga à presidência do Flamengo, fundamentadas na expectativa de

maior abertura à participação nas decisões internas do clube, foram gradualmente desmanteladas diante do acirramento das tensões entre o dirigente e os próprios torcedores. Esse cenário de frustração acabou por minar a confiança depositada na liderança de Braga, comprometendo os laços estabelecidos durante o processo eleitoral e gerando uma reconfiguração do posicionamento da ATORFLA, que passou a endossar os anseios pela saída do dirigente.

Durante a década de 1980, a Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo se constituiu a partir de um processo de institucionalização, com a formalização de suas estruturas internas, ancoradas em seu regimento e em seu estatuto. Assim, sua fundação significou o estabelecimento de atividades coordenadas e sistemáticas, alicerçadas na expectativa de construir mecanismos de representação de interesses coletivos frente às instituições futebolísticas. Nesse contexto, a ATORFLA engendrou ações vinculadas à concepção de participação legítima diante das decisões e processos políticos tanto no contexto institucional rubro-negro quanto em perspectiva ampliada do futebol.

O final do referido decênio, por sua vez, aventou novos debates no microcosmo das torcidas organizadas. A intensificação das caravanas gerou desdobramentos significativos, como o fortalecimento de laços de amizade entre torcidas, mas também o acirramento de rivalidades. Desse modo, as experiências de circulação e ocupação de territórios urbanos e esportivos, flutuantes entre o “combate democrático e o confronto físico” (Hollanda; Florenzano, 2021, p. 29), contribuíram para a constituição de novas formas de sociabilidade, pautadas tanto pela solidariedade quanto pelo antagonismo. Já existentes e registrados desde o início da década de 1980, os confrontos entre torcidas passaram a se tornar mais frequentes e visíveis, ocorrendo dentro e fora dos estádios, sublevando os debates a respeito da violência envolvendo torcedores.

As prerrogativas conflituosas entre torcidas, intensificadas e regidas sob o tom da periculosidade (Hollanda, 2010, p. 474 e 475), com confrontos premeditados e emboscadas realizadas, acirraram as rivalidades existentes. Assim, o projeto de representatividade torcedora e a luta por interesses compartilhados encampado pela ASTORJ foi esvaziado diante da escalada de tensões entre as torcidas organizadas, tornando inviável a manutenção de um espaço de diálogo em meio à lógica conflitiva que passou a caracterizar o período.

Desse modo, com a dissolução da ASTORJ, a ATORFLA vivenciou o desafio de atuar como entidade diante da desagregação de uma associação que pleiteava participação ativa na busca de interesses compartilhados entre torcidas organizadas de diferentes clubes. Assim, mantendo-se atuante, a Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo deparou-se com as

complexidades de permanecer como interlocutora legítima nas arenas institucionais, mas limitada às demandas e questões rubro-negras.

Nesse sentido, a ATORFLA se viu diante de um duplo desafio: por um lado, lutar por espaços de representatividade e inserção política; por outro, organizar sua atuação diante das lógicas contendoras ligadas aos agrupamentos torcedores. A dualidade percebida, desse modo, impôs complexidades na organização da associação, uma vez em que as sociabilidades das torcidas que compunham a entidade também foram atravessadas pela lógica do conflito do período.

A reportagem de página inteira assinada por Vânia de Almeida no *Jornal dos Sports* expôs a emergência do debate a respeito das diferentes visões atribuídas às torcidas organizadas. Com o título “A torcida organizada no banco dos réus” (JS, 20/11/1988, p. 13), a composição textual da matéria dialoga com as diferentes perspectivas vinculadas aos agrupamentos torcedores, desde a construção da festa e da animação nos estádios aos supostos interesses políticos de seus membros. Como tema principal, a violência alusiva às torcidas foi colocada em debate com a realização de comparações com a questão vivenciada em São Paulo, apontamentos de agrupamentos mais violentos e a participação de diferentes representantes, como os próprios torcedores e membros das forças policiais.

Em defesa de que “torcedor não é marginal” (JS, 03/11/1989, p. 2), Niltinho comenta sobre as perspectivas em relação à realização de jogo entre Flamengo e Vasco, rivais cariocas, e as possibilidades de enfrentamento. Apesar de enfatizar sua expectativa de não haver confrontos, com a colaboração para bom fluxo da partida por parte dos torcedores e do policiamento, a liderança da ATORFLA sinalizou para a necessidade de maior conscientização quanto ao disparo de rojões entre torcidas adversárias, indicativo das tensões vivenciadas.

De modo ampliado, as rivalidades e formas de disputa entre torcidas organizadas angariaram em seu repertório diferentes formas de efetivação. As tensões entre torcedores organizados de Flamengo e Palmeiras tornaram-se tema de debate e de preparação para partidas. Em ida para o estádio Cícero Pompeu de Toledo, o Morumbi, representantes da Torcida Jovem do Flamengo, Ricardo e Leonardo Ribeiro, em matéria intitulada “Torcidas organizadas selam a paz em São Paulo”, comentam sobre as possibilidades de conflito envolvendo as torcidas:

Está tudo sob controle. Pedras, pedaços de pau, pancadarias... Esse lamentável episódio do futebol brasileiro que vem se repetindo frequentemente não terá lugar nas arquibancadas do Morumbi, na partida de hoje, entre Palmeiras e Flamengo. Pelo menos, foi o que garantiram os presidentes das Torcidas Organizadas do Flamengo.
- Vamos para ver o nosso time jogar. Acredito que a violência, se surgir, deve ser controlada pela própria polícia. Já conversamos com o Major Resende que é o responsável pelos eventos esportivos de São Paulo, e ele nos garantiu que não

precisaremos nos preocupar. A nossa vida está nas mãos dele – disse Ricardo, presidente da Torcida Jovem do Flamengo.

Mas o que Leonardo Ribeiro, o Léo, também da Jovem do Flamengo e presidente da ATORFLA – Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo – procura deixar bem claro, é que “não fomos nós que procuramos o Major Resende para nos proteger e sim ele quem nos procurou”.

Léo disse ainda que o sonho dos integrantes das torcidas organizadas do Palmeiras é bater e agredir a Torcida do Flamengo, mas que não acredita que haja um confronto direto no estádio porque “eles são muito crianças e por isso sempre saem perdendo”. Disse que acha mais provável que eles venham armar alguma armadilha na Estrada Presidente Dutra.

- Vamos fazer tudo para que o jogo seja uma verdadeira festa. Queremos mostrar para os paulistas a alegria dos cariocas mas também não somos bobos e se provocarem não levaremos para casa – confessou. (JS, 12/11/1989, p. 5).

As declarações feitas pelos líderes simbolizam a perspectiva da contenda de modo passivo. A ordenação de elementos como conjunto simbólico das torcidas, das cores à indumentária, evidencia o padrão de oposição nas sociabilidades, fundamentadas por construções de “identidades contrastivas” (Canale, 2020, p. 244). Assim, apesar de não instigarem o confronto, declaram não serem responsáveis caso situações adversas venham a ocorrer e, em contradição, verbalizam comentários provocativos destinados aos palmeirenses, reforçando lógicas de inferiorização do outro.

O cenário de conflito iminente, no entanto, não se restringia somente às relações de sociabilidade entre torcidas organizadas. No âmbito institucional rubro-negro, a ATORFLA foi responsável pelo arranjo de greves e boicotes em função da insatisfação com o rendimento do time (JS, 28/11/1989, p. 4), protestos contra a exportação de jogadores (*Jornal do Brasil*, 21/05/1988, p. 27) e críticas ao gerenciamento do clube (JB, 06/10/1987, p. 32). A relação desgastada entre a diretoria e as torcidas organizadas vinculadas à entidade culminou em episódios de confronto físico, como entre seguranças do Flamengo e componente da Torcida Jovem (JS, 15/11/1990, p. 5).

Orientado sobre a premissa de que “torcida organizada é como sindicato. Existe para cobrar dos dirigentes, como o sindicato dos patrões” (*Jornal do Brasil*, 07/10/1990, p. 37), Leonardo Ribeiro, à frente da ATORFLA e de modo institucionalizado, estruturou as comunicações das insatisfações compartilhadas e posicionamentos da entidade ao longo da década de 1990. Entre boletins informativos, manifestos, notas oficiais, ofícios e recibos, documentos oriundos do acervo pessoal de Leonardo Ribeiro evidenciam a presença contínua da ATORFLA nos assuntos relativos ao Flamengo. De informes a prestações de contas, a entidade encontrou formas de expressar suas insatisfações e demandas, de modo detalhado, a partir da distribuição de circulares.

Em vista disso, em 1994, a entidade elaborou manifesto pontuando diferentes aspectos que constituíam o conjunto da crise do clube para justificar o pedido pela reformulação integral da administração. Contando ainda com oito torcidas rubro-negras filiadas, sendo elas Charanga Rubro-Negra, Torcida Jovem do Flamengo, Flamante, Dragões Rubro-Negros, Raça Rubro-Negra, Fla-12 e Falange Rubro-Negra, a atuação da ATORFLA ao longo da década de 1990 demonstra um esforço de manutenção do diálogo entre as torcidas pelas causas comuns em um contexto de relações ásperas entre agremiações.

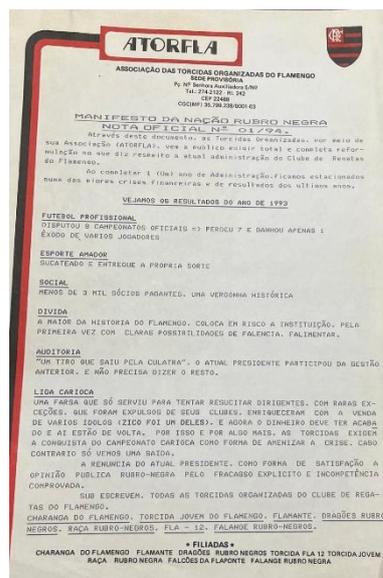


Figura 2 – Nota oficial N° 01/94. Manifesto da Nação Rubro-Negra. Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo, 1994.

Com o intento de constituir espaço para formulação de canal de comunicação entre agremiações e, assim, garantir a participação ativa e decisória, a ATORFLA reivindicou formatos mais institucionalizados de atuação política nas questões internas do clube. Em nota oficial, a entidade elencou ações para ampliar a representatividade e tornar harmônica a relação entre torcidas e diretoria. Desse modo, a associação solicitou:

- 1 – Indicar o representante do Flamengo nas entidades de administração (Federação e Confederação de Futebol);
- 2 – Indicar em comum acordo com o presidente do Clube, um diretor de Futebol para assessorar no que for necessário os profissionais do Departamento de Futebol;
- 3 – Uma sala de reunião dentro do Clube de Regatas do Flamengo que terá uso específico para 32 representantes de Torcidas fazerem suas reuniões;
- 4 – 32 permanentes endereçadas as torcidas para livre acesso durante a semana nas dependências do clube;

A Associação das Torcidas, vem ainda por este instrumento, esclarecer que todas as manifestações feitas até a presente data foram pacíficas, tendo em vista o regime presidencialista que envolve o clube. Atoos esses foram comuns em todas as outras administrações.

Esclarece ainda que, de forma distorcida e inoportuna, foi vinculado o tal ato a um possível corte, um direito adquirido, a mais de 10 (dez) anos que é o credenciamento dos sócios de Torcidas Organizadas.

Pena que este ato não tenha se estendido para:

- 1 – Todos os diretores e conselheiros;
- 2 – Todos os cantores, atores e atrizes que se dizem Flamengo;
- 3 – Todos os parentes e familiares dos atletas profissionais;
- 4 – Todos os militares e jornalistas que não estiverem no cumprimento de seus deveres;
- 5 – Senadores e deputados que se dizem Flamengo ou não.

(Nota oficial nº 02/94 – Para circulação interna da Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro. Acervo pessoal de Leonardo Ribeiro)

A trajetória de constituição e consolidação da Associação das Torcidas Organizadas do Flamengo evidencia a importância da existência de formas organizadas de associação entre torcedores, capazes de canalizar demandas coletivas e promover a experiência do compartilhamento de interesses e causas comuns. Ao longo de sua atuação, a ATORFLA procurou construir, ante um projeto comum, uma noção de legitimidade na esfera pública, reivindicando não apenas o direito à participação ativa nas instituições futebolísticas, mas também o reconhecimento da centralidade dos torcedores na dinâmica dos clubes, por meio de distintas ações conjuntas de contestação e reivindicação.

Nesse processo, a Associação operou como espaço de afirmação política e social, tensionando privilégios nas estruturas dirigentes. Assim, a experiência da ATORFLA, repleta de complexidades, evidencia o potencial do associativismo torcedor como ferramenta de afirmação e reivindicação de direitos no campo esportivo.

Reflexões pontuais a guisa de conclusão

A exposição dessa sequência de acontecimentos permite o fechamento do presente artigo com uma reflexão e uma tentativa de entendimento. À guisa de conclusão, a obra do historiador britânico E. P. Thompson parece bem apropriada, pois ela auxilia na elucidação de alguns episódios acima relatados, descritos e reconstituídos em suas cores narrativas jornalísticas. Ao debruçar-se sobre a experiência histórica de formação da classe trabalhadora inglesa nos séculos XVIII e XIX, Thompson relativizou as visões estanques e tradicionais de circunscrição do proletariado, operadas no interior do marxismo, visto como subproduto inexorável da era do desenvolvimento técnico das forças produtivas e das relações de produção.

Em vez de reificações e de abstrações estruturais, o autor deu ênfase ao processo ativo de elaboração da identidade de inúmeras categorias profissionais que antecederam e sucederam a irrupção da Revolução Industrial na Inglaterra. A concretude dos personagens e das relações sociais evidencia seu caráter construtivo e indeterminado, nunca pronto e

acabado, e que o historiador deve captar em seu *modus faciendi*, ao invés de aceder ao passado imbuído de postulados teleológicos, obtidos a posteriori:

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” (Thompson, 2012, p. 10).

O imediatismo das ações grupais e os confrontos físicos diretos estabelecidos remetiam a vivência dos torcedores de futebol a remotas experiências coletivas presentes no mundo da sociedade, do trabalho e da política. A tradição das insurreições populares na Europa identificava situações análogas estudadas nas sociedades pré-capitalista ou recém-industrializada, como o protesto contra o aumento dos alimentos ou a destruição das máquinas nas fábricas, o primeiro praticado pelos camponeses e o segundo pelos luddistas.

No contexto brasileiro de então, a ação direta era a tônica de muitos movimentos sociais. Desde a década de 1970, a violência mais primária se apresentara sob a forma de tumultos e quebra-quebra nos trens do subúrbio de São Paulo e do Rio de Janeiro. Como aponta Marly Rodrigues:

“Outra forma assumida pelos movimentos sociais urbanos durante os anos 80 foi a ação direta. Ela abrange os saques, invasões de terrenos e de conjuntos habitacionais e os quebra-quebras. Os quebra-quebras orientam-se mais diretamente para as condições do transporte urbano, trem e ônibus, cuja manutenção e qualidade de serviço são, quase sempre, insatisfatórias. Em sua maioria originam-se dos atrasos e da superlotação dos trens e acabam com a destruição de vagões e estações ferroviárias com pedradas e incêndios. De 1980 a 1987 nas capitais brasileiras sucederam-se quebra-quebras cujo saldo de feridos e presos não deixa dúvidas quanto à carga de agressividade dos manifestantes e das tropas que tentam controlar o acontecimento.” (Rodrigues, 1994, p. 62)

O sociólogo Sérgio Miceli, em texto de época, agrega algumas considerações sobre conflitos sociais e seus reflexos no futebol:

“Seria ilusório admitir que o mundo do trabalho detém o privilégio de monopolizar os espaços em que as lutas sociais se manifestam. Na Inglaterra do século XVIII, os camponeses expulsos de suas terras revidaram envenenando tanques de peixe, matando ovelhas, derrubando cercas e cometendo toda sorte de atrocidades contra os nobres na calada da noite. Hoje o futebol poderia estar fazendo as vezes da arena em cujo âmbito as questões sociais e o embate político encontram linguagens dissimuladas para vir à tona. Não custa lembrar que nem sempre o conflito irrompe onde a história europeia nos ensina a situá-lo.” (Miceli, 1977, p. 16).

Mais afeitas ao instantâneo e ao furor momentâneo, porém não menos informadas por uma moral que encontrava paralelo em outros padrões associativos civis, as torcidas organizadas apenas insinuariam através da ASTORJ e da ATORFLA seus bosquejos associacionistas e sua tentativa de constituir uma entidade em moldes sindicais ou uma

sociabilidade inspirada no modelo das escolas de samba, em época histórica propícia ao engajamento e favorável ao aparecimento de diversos movimentos sociais.

O enquadramento sociológico das torcidas em uma situação concreta e em uma moldura histórica particular, vivenciada na cidade do Rio de Janeiro e no país, bem como a apreensão e a representação midiática do fenômeno, foi um dos objetivos precípuos deste artigo, o que a todo instante se tentou ressaltar e pontuar, em um diapasão que se estendeu da descrição do contexto de fins da década de 1960 e se prolongou pelo decênio seguinte até a narração da vida nacional no decorrer dos anos 1980, chegando até mesmo ao primeiro lustro da década de 1990.

Os obstáculos e as resistências para a construção de um projeto inter-torcidas mais duradouro, apenas insinuados com a criação da ASTORJ e ATORFLA, têm sido enfrentados no século XXI por FTORJ, CONATORG e ANATORG.

À capacidade de produzir o entendimento e a concórdia, contrapõe-se a coexistência de uma abordagem que emerge com base em uma realidade paralela, simultânea, movida pela rivalidade e pelo confronto. O alvo passa a ser os valores que permeiam a moral interna de afirmação identitária excludente dos grupos, em torno dos quais o reconhecimento do adversário — entendido na condição de torcedor do clube oponente ou de torcida organizada diferente — é preterido por sua contrapartida hostil, desqualificadora e desumanizadora do *outro*.

Referências Bibliográficas

BRAUDEL, Fernand. “História e sociologia”. In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CANALE, Vitor dos Santos. **Um movimento em muitas cores: o circuito de relações das torcidas organizadas paulistas entre 1968 e 1988 - Uma história da ATOESP (Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo)**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2020.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

FLORENZANO, José Paulo. **A Democracia Corinthians: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo: EDUC, 2009.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; FLORENZANO, José Paulo. **Territórios do torcer**: depoimentos de lideranças das torcidas organizadas de futebol. São Paulo, EDUC– Editora da PUC-SP, 2021.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de; TEIXEIRA, Rosana da Câmara. **Nada do Flamengo, tudo pelo Flamengo**: memórias da Torcida Jovem do Flamengo (1960-1990). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 202

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4, p. 560-658.

MICELI, Sérgio. “Corinthians. E o pão?” In: **Revista Isto É**. São Paulo: Editora Abril, 1977, n.º 42.

NAPOLITANO, Marcos. “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro”. In: **Revista Antíteses**. V. 8, n. 15, 2015, p. 9-44.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80**: Brasil, quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012, vol. 1.

Hemeroteca digital – Fontes periódicas da Biblioteca Nacional

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro.

Jornal dos Sports. Rio de Janeiro.

Arquivo pessoal

Leonado Ribeiro. Capitão Léo.